



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 1347 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>25 / 02 / 2009</u>
Q. Secretário da Mesa <i>Recorreis</i>

Assunto: **Aprovação de “cluster” para a vitivinicultura duriense pelo Ministro da Economia, centrada na ADVID**

Destinatário: **Ministro da Economia e Inovação**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Notícias recentes informam que o Ministério da Economia e Inovação aprovou a candidatura da ADVID – Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense ao reconhecimento de um cluster regional na área da Vinha e do Vinho. Tal iniciativa irá contar, segundo as notícias com diversas entidades, nomeadamente o IVDP e a Direcção Regional de Agricultura do Norte, estruturas públicas dependentes do Ministério da Agricultura.

Quem se afastou do projecto da ADVID, foi a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), que tinha em desenvolvimento a criação de um Parque Tecnológico em Vila Real, onde se previa a instalação de um Centro de Excelência da Vinha e do Vinho coordenado pela UTAD. Esta Universidade, que tem o único curso superior do país de Enologia, questiona legitimamente a aprovação da candidatura da ADVID, que cavalga os objectivos do Centro de Excelência da UTAD, duplicando projectos e investimentos.

A aprovação da candidatura da ADVID pelo Ministério da Economia levanta fundadas interrogações. A ADVID é uma estrutura criada e dirigida desde a sua fundação pelas principais empresas exportadoras de Vinho do Porto, para a defesa dos seus interesses na Região Demarcada. A entrega, na prática, da orientação e gestão do pólo tecnológico da fileira da Vinha e Vinho, com a aprovação da respectiva candidatura e a participação do IVDP e da DRAN, marginalizando a estrutura que na Região poderia garantir algum equilíbrio entre os diversos actores económicos e sociais, a UTAD, às empresas exportadoras assume particular gravidade.



A decisão do Ministério da Economia, se não pode deixar de ser repudiada, culmina uma clara opção política do Governo PS/Sócrates para o Douro, de entrega do comando estratégico da Região Demarcada ao comércio e capital multinacional exportador de Gaia. Opção presente no “esquecimento” da reversão para a Casa do Douro de atribuições e competências que lhe tinham sido retiradas pelo anterior Governo PSD/CDS-PP e defendidas pelos então deputados do PS na oposição. A que se seguiu uma tenaz política de esvaziamento e guerra contra a Casa do Douro pelo Ministro da Agricultura nomeadamente no seu afastamento de visitas oficiais, caso da Comissária da Agricultura da União Europeia, a sua espoliação do Cadastro e pela liquidação do interprofissionalismo no seio do IVDP e a sua total governamentalização, inclusive com a alteração dos seus estatutos. Tudo isto acontecia, enquanto o mesmo Ministro convivia institucional e de forma privilegiada com a Associação das Casas Exportadoras (AAEVP), inclusive marcando presença na tomada de posse dos seus órgãos sociais.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Economia e da Inovação** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação e considerações prévias foram realizadas entre o Ministério da Economia e os Ministérios da Agricultura e do Ensino Superior, Investigação e Tecnologia relativamente à candidatura da ADVID? Foi consultada a UTAD sobre tal candidatura? Qual foi a sua opinião?
2. Porque razão não foi entregue à UTAD a missão de coordenação e promoção do referido “cluster” do Vinho e da Vinha?
3. Que razões explicam a aprovação da candidatura da ADVID, sem uma consideração mais larga, relativamente a outras entidades? Houve ou não, alguma avaliação do significado dessa decisão no precário equilíbrio de forças entre as diversas entidades durienses, já por demais sujeito ao poder do comércio exportador? Há consciência de que tal caminho poderá significar o completo falhanço do projecto, independentemente da bondade dos objectivos e da sua qualidade?
4. Algum dos Ministérios referidos fez uma qualquer auscultação sobre o problema junto da Casa do Douro? Se não foi feita, que razões explicam esse procedimento?
5. O IVDP e a DRAN tiveram o aval do ministério da tutela, o Ministério da Agricultura, para a sua participação no projecto da ADVID? O que vai representar e envolver essa participação?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

6. Sendo conhecida a escassez de meios financeiros públicos, a existência de várias entidades a elaborar projectos tendo em conta o objectivo "cluster" da Vinha e do Vinho e o facto do reconhecimento e aprovação da candidatura pública significar o abrir de portas aos apoios do QREN, porque razão não foi assumido um prazo de candidaturas que permitisse cotejar a qualidade e interesse nacional de diferentes projectos concorrentes?

Palácio de S. Bento, 25 de Fevereiro de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes